



ABRAPSO

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

Maceió, 21 de fevereiro de 2008.

NOTA DE PREOCUPAÇÃO E REPÚDIO

O Conselho Diretor da Associação Brasileira de Psicologia Social, ABRAPSO, vem a público manifestar sua preocupação e repúdio relativos às idéias e práticas divulgadas por pesquisadores da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por meio das matérias veiculadas na Folha de São Paulo (“Psicólogos tentam impedir pesquisa com homicidas”, 21/01/2008; “Feudalismo acadêmico nas ciências sociais”, 21/01/2008) e no Programa Fantástico (“Cientistas querem pesquisar mentes criminosas”, 27/01/2008).

O diálogo público e aberto sobre estas questões é importante. Entretanto, os argumentos não devem ser produzidos com base em chacotas ou recursos retóricos de autoridade, utilizando palavras chavões e frases de efeito. Bem sabemos que o aumento das situações de violência em nossa sociedade sempre é acompanhado de propostas as mais diversas, muitas movidas pelo desejo imediato de resolver o problema, algumas ineficazes por serem adotadas de forma isolada e sem qualquer discussão ampla, tais como construção de mais prisões, redução da maioria penal, pena de morte etc.

Não iremos nos posicionar, neste momento, em relação ao Projeto de Pesquisa citado nas matérias, visto que o mesmo ainda não foi apresentado. De todo modo, compreendemos que é imperiosa sua apresentação, visto ser produzido no interior de instituições públicas e de interesse público e por tratar de assunto importantíssimo à convivência em sociedade.

Preocupamo-nos com, ao menos, quatro reducionismos presentes nos discursos dos pesquisadores veiculados nestas entrevistas:

- 1) Reduccionismo e confusão entre os conceitos de violência e agressividade. Não há dúvidas que o ser humano deva ter algum impulso agressivo, como qualquer outro animal, para sobreviver e se defender. Porém, o uso da violência para ferir e matar outro de sua espécie, geralmente, origina-se por motivações culturais, tais como: competição e lutas para obtenção de bens, discriminação racial e de gênero etc. Portanto, não podemos tratar as situações de violência como resultantes de causas, exclusivamente biológicas ou genéticas, indo na contramão da produção científica cada vez mais transdisciplinar, levando em conta a complexidade da vida humana. Trata-se de uma atitude sectária e que desconsidera as contribuições de inúmeros pesquisadores que há anos se dedicam ao tema na área das humanidades, sustentam uma definição clara do que seja agressividade e do que seja violência, além da inter-relação entre essas noções.
- 2) Reduccionismo do conceito de violência à perspectiva médica. Segundo a neuropsicóloga Mirna Portugal, o projeto visa “usar a informação para procurar alternativas de prevenção e até curativas se possível. Vamos tratar estes indivíduos”. Perguntamos: tratar e curar o que? Que doença os aflige? E nós



ABRAPSO

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

pesquisadores, que podemos fazer para mudar a vida de milhões de brasileiros em situação social degradante? É necessária uma discussão realmente honesta sobre a produção e uso de drogas lícitas e ilícitas, sobre as condições de vida familiar em situação de penúria e sobre o tratamento de doenças oriundas das situações de pobreza. A área médica sempre foi e será importantíssima na diminuição das situações de violência, sem colaborar ainda mais com a discriminação de um segmento da população que já nasce com a marca do preconceito, da incompetência e da marginalidade: os empobrecidos e negros. No caso da pesquisa a ser realizada, as crianças e adolescentes empobrecidos internos em verdadeiras prisões. Ou seja, deixam-se de lado análises das condições sociais de convivência que favoreceram a participação dessas pessoas em ações consideradas ilegais.

- 3) Reduccionismo entre processos de subjetivação e genética. De acordo com a afirmação do geneticista Renato Flores “pessoas violentas, talvez um bom número delas, apresentam variações nos genes que as tornaram frágeis e elas sofrem mais e, como resposta ao sofrimento, acabam desenvolvendo comportamentos mais violentos em função do que sofreram”. Tal afirmação confunde todo o complexo processo da subjetividade humana com variações/mutações de carga genética. Quantas pessoas sofrem e não possuem “variações” ou “fragilidades genéticas”?
- 4) Reduccionismo histórico. O neurologista Jaderson Costa Dacosta afirma que os argumentos do passado não podem servir para o diálogo sobre essa questão. A argumentação é perigosa, pois a única garantia de não repetir erros e equívocos do passado é considerar o que nos ensina a história. Como mostrou a matéria veiculada no “Fantástico”, inúmeras experiências foram realizadas com seres humanos durante o nazismo. Não podemos esquecer isso, ao contrário, mesmo sob regimes “democráticos”, devemos estar sempre vigilantes para que não se submetam seres humanos a experiências que podem aumentar sua situação de suspeita, intolerância, ódio ou aversão a outras raças, credos, religiões, maneiras de ser. É histórico o preconceito contra negros, nordestinos, homoerotismo, e contra as populações pobres tidas como incapazes, irracionais e, por isso, violentas. Será que não deveríamos também pesquisar humanos não pobres tais como políticos que se dedicam a furtar o erário público em milhões sem nenhum sentimento de mal-estar? Será que os congressistas permitiriam que o cérebro deles fosse estudado? Mas não se trata disso. Não se trata de desenvolver estudos que partam de uma premissa, em nossa opinião, errônea que estudaria o cérebro sem considerar as condições sociais e vice-versa.

Estes reduccionismos apresentam como conseqüência ao menos dois aspectos, um orientado para as universidades e outro para o Estado:

- a) Em primeiro lugar, como pesquisadores, somos responsáveis não somente pelos resultados de nossas pesquisas, mas também pelos objetos de estudo que produzimos. A associação entre violência e cérebro de jovens empobrecidos é uma relação não natural. É produto do fazer humano, de um determinado contexto cultural. A pesquisa em foco não busca associações entre violência e cérebro de jovens de classes mais abastadas, e pode produzir sentidos de que a violência é



ABRAPSO

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL

coisa de pobres que nascem com algum defeito genético ou moral. A questão ética, portanto, perpassa não somente os resultados de uma pesquisa, mas sua produção.

- b) Em segundo lugar, lembramos da obra “Laranja Mecânica” de Anthony Burgess, em que há a tentativa de resposta governamental à violência, principalmente relacionada à chamada “delinquência juvenil”, por meio de tratamentos baseados em associações anti-éticas. Ao jovem Alex, personagem central, era ministrada uma droga simultaneamente à apresentação de imagens violentas. O mesmo ocorrerá na pesquisa em questão: os pesquisadores anunciam que a máquina que mapeia o cérebro dos jovens (ressonância magnética), fará projeções de imagens e sons considerados violentos. Desta forma, as idéias divulgadas por estes pesquisadores, até o momento, direcionam as discussões sobre a violência caracterizando-a como um problema de comportamento individual. A consequência é grave pois o Estado diante dos “achados” dessa pesquisa, ampliaria seu controle identificando os indivíduos “sacrificáveis” retirando a responsabilidade de cada um e de todos pela violência. Observe-se a presença do Secretário de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, Sr. Omar Terra, na equipe do referido projeto. Ou seja, a tentativa é reduzir um problema político-social a uma questão médica-biológica-individual.

Aqui o problema ganha mão dupla. Por um lado, parte-se do pressuposto de que a violência é unicamente uma reação fisiológica decorrente de uma alteração orgânica, que até seria independente da classe social, para a qual, “descobrimo” sua origem, poderíamos “inventar” sua cura, produzindo drogas que atuem no “ponto-chave” dos indivíduos. Por outro lado, tal como ratos de laboratório, os jovens das classes populares, em situação de exclusão e submetidos à miséria e a violência cotidiana seriam, novamente, as “novas cobaias”. Sempre o são, seja das “políticas públicas” criadas especificamente para eles, seja de “experimentos científicos”.

Aguardaremos a publicização do projeto e o parecer do Comitê de Ética para um posicionamento ainda mais focalizado em relação ao mesmo. Claro, sabemos que a ética na pesquisa não se reduz a uma prescrição de um determinado Comitê ou à assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido por parte do sujeito pesquisado e, por isso, estamos atentos a qualquer tentativa de reduzir o ser humano a um mero jogo de reações químicas e/ou genéticas ou manipulações políticas. Caso o projeto se confirme sob esta ótica, cabe nos indignar com sua projeção perigosa e ao mesmo tempo reducionista, pois nada no humano escapa do histórico-cultural. Tudo no humano nasce e morre nas inter-relações, no contexto cultural. Assim, qualquer solução ao problema da violência deve, necessariamente, passar por esta esfera. E quiçá, o exemplo de busca pela paz, solidariedade e justiça, que advenha das salas acadêmicas, não seja atropelado pela intolerância e aversão irracional aos empobrecidos.

Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO